

Divinópolis/MG, 03 de Dezembro de 2018

Servidores municipais são selecionados para curso de Pós-graduação em Escola Federal

Presidente do Sintram diz que toda iniciativa de valorização do servidor tem o apoio do Sindicato

Fotos: Diretoria de Comunicação



Bruno Camargos participou da primeira edição



Régis Jhonatan e Kelly Viviane em Brasília

Três servidores municipais de Divinópolis foram aprovados para especialização na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

A primeira edição contou com a Especialização em Gestão Pública com Ênfase em Governo Local, selecionou apenas servidores públicos municipais e ofertou 120 vagas em seu processo seletivo. Participaram da seleção representantes de 78 municípios brasileiros, sendo 2.500 inscritos.

O servidor da prefeitura de Divinópolis, Bruno Camargos, participou da primeira edição e afirma que o curso ampliou os conhecimentos trazendo inovação e melhorando a qualidade no serviço ofertado. “É mais uma oportunidade de melhorar a gestão pública, estreitando laços com o governo federal, principalmente na busca e captação de

recursos para execução de projetos no âmbito municipal”, explicou.

De acordo com a Diretoria de Comunicação, a administração de Divinópolis dá todo o apoio para que os servidores participem do curso em Brasília, com a edição de Portaria autorizando a participação dos servidores pelo período do curso com direito a remuneração do cargo.

Os inscritos recebem da ENAP uma bolsa de participação, para custeio da alimentação e traslado à Brasília. Os servidores Régis Jhonatan e Kelly Viviane estiveram em Brasília na semana passada, cursando a Especialização em Desenvolvimento Sustentável. Foram seis inscritos e três servidores municipais aprovados. A segunda edição teve 1.100 inscritos.

A ENAP é uma Escola de Governo que tem como finalidade promover, elaborar e executar programas de capacitação de recursos humanos para a administração

pública federal, estadual e municipal, visando ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias de gestão que aumentem a eficácia e a qualidade dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos.

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram), Luciana Santos, diz que a valorização do servidor sempre foi uma das metas do sindicato. “Nós sempre trabalhamos no sentido de valorizar e qualificar os nossos servidores. Apoiamos toda iniciativa que busque dar aos nossos companheiros melhores condições de trabalho e oportunidade de crescer na carreira. Essa é uma iniciativa louvável e que o município tenha oportunidade de qualificar

mais servidores, dando a eles condições de oferecer um trabalho mais eficiente, além é claro de crescer profissionalmente”, afirmou.

A presidente lembrou que em 2017, numa parceria com o Centro de Referência da Saúde e Segurança do Trabalhador (Cresst), o Sintram promoveu cursos de qualificação para diversos servidores. “No ano passado fizemos uma importante parceria com o Cresst e vários servidores participaram de cursos de qualificação, que trouxeram aprendizados e valorizaram a categoria. Continuamos à disposição do Cresst para retomarmos essa parceria”, finalizou Luciana Santos.

Eleitores que não votaram no 1º turno das Eleições 2018 têm até quinta para justificar ausência



Os eleitores que por algum motivo não votaram em 7 de outubro, 1º turno das Eleições 2018, têm até a próxima quinta-feira (6) para justificar a ausência. A justificativa pode ser feita pela internet, por meio do sistema [Justifica Web](#), ou pessoalmente em qualquer cartório ou central de atendimento da Justiça Eleitoral. É necessário comprovar o motivo da ausência, apresentando documentos, como um atestado médico ou comprovante de deslocamento.

Do dia 8 de outubro até o final de novembro, foram recebidas pela Justiça Eleitoral mineira 127.190 justificativas, sendo 99.918 feitas presencialmente e 27.272 pelo sistema Justifica Web. No dia do 1º turno, 913.418 eleitores apresentaram suas justificativas.

Somando-se os dois números – justificativas feitas no dia da eleição e justificativas pós-eleição -, chega-se a 1.040.526 eleitores que justificaram sua ausência às urnas no Estado, o que representa 29,86% dos eleitores que não votaram (foram 3.483.956 eleitores mineiros, 22,20% do total, que não votaram).

Quem não vota e não justifica não tem quitação eleitoral, necessária para praticar vários atos da vida civil, como fazer matrícula em instituição superior de ensino. Após o prazo final para justificativa, o eleitor fica sujeito ao pagamento de multa para regularizar a situação na Justiça Eleitoral.

JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA NO 2º TURNO

Com relação à ausência ao 2º turno, o prazo para justificativa termina em 27 de dezembro. Do dia 29 de outubro até o final do mês de novembro, 86.510 eleitores justificaram o não comparecimento ao 2º turno. Deste número, 65.280 foram feitas presencialmente, e 21.230 foram feitas pela internet (sistema Justifica Web). No 2º turno, não votaram 3.631.177 (23,14%) eleitores mineiros, dos quais 986.071 se justificaram no dia, por estarem ausentes do domicílio eleitoral.

Com informações do TRE/MG

“Eu sou réu no Supremo Tribunal Federal, e daí?”, diz Bolsonaro sobre investigação contra Paulo Guedes



(Agência Brasil) O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), afirmou neste fim de semana não ter conhecimento sobre o inquérito aberto pela Polícia Federal (PF) para investigar seu futuro ministro da Economia Paulo Guedes. “Desconheço investigação sobre Paulo Guedes. Eu integro o Poder Legislativo e integrarei o Executivo. Isso compete ao Judiciário”, disse a jornalistas em evento na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende (RJ).

O inquérito foi instaurado pela PF após pedido do Ministério Público Federal (MPF) em outubro. As investigações contra o economista apuram fraudes em operações relacionadas a fundos de pensão. Guedes nega as irregularidades.

As operações são relacionadas a cinco fundos de estatais que tiveram prejuízos após aplicarem dinheiro nos negócios geridos por Guedes, entre eles a Funcef, dos servidores da Caixa Econômica Federal, a Petros, dos servidores da Petrobrás e a Previ, dos servidores do Banco do Brasil.

Após responder sobre o caso de Guedes, Bolsonaro comparou o inquérito ao processo aberto contra ele no Supremo Tribunal Federal (STF) por apologia ao crime de estupro e injúria.

“Eu sou réu no Supremo Tribunal Federal. E daí? Todo mundo que eu converso, sendo amigo ou não, diz que é uma coisa que beira o absurdo. Eu estava defendendo uma mulher, vítima de estupro. E eu defendi uma condenação para o estuprador. O outro lado defendia que o estuprador deveria ser tratado como um garotinho que apenas abusou por cinco dias e matou uma menina de 16 anos de idade. E eu acabei sendo réu. É justo isso? O povo entendeu que não, tanto é que votou em mim”, disse.

Bolsonaro disse ainda ter acordado com seu futuro ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, que afastará qualquer ministro alvo de denúncia considerada robusta.

Ministério Público quer impedir diplomação de deputado da bancada da bala por divulgar notícias falsas em rede social

Foto: Reprodução/Facebook



Deputado Fernando Francischini

POR RAFAEL NEVES

Repórter do Congresso em Foco

A Procuradoria Regional Eleitoral do Paraná (PRE-PR) pediu à Justiça Eleitoral, nesta quinta-feira (29), a cassação do diploma (que será expedido no próximo dia 18) e a inelegibilidade por oito anos do deputado federal Fernando Francischini (PSL-PR). Um dos principais aliados de Jair Bolsonaro (PSL) na Câmara, Francischini é alvo de uma ação de investigação judicial (aije) que o acusa de ter impulsionado a

própria candidatura com base em notícias falsas que questionaram a lisura do processo eleitoral.

Membro da chamada "bancada da bala", Francischini foi eleito deputado estadual no último mês de outubro. Ele foi o mais votado no Paraná – teve apoio de 427.627 eleitores – e ajudou no desempenho do PSL no estado.

"O uso abusivo dos meios de comunicação, no caso a internet, para divulgação de notícias falsas e sabidamente inverídicas relativas a "fraudes" em urnas eletrônicas, certamente foi capaz de prejudicar a livre manifestação da vontade política popular, demonstrando a potencialidade de as condutas ilegais beneficiarem candidato – o próprio Francischini, bem como seu partido político – PSL", afirma um trecho do documento de 20 páginas, assinado pela procuradora Eloisa Helena Machado.

[Clique aqui](#) e leia a íntegra do documento

FAKE NEWS

Em uma transmissão ao vivo seu Facebook oficial no dia 7 de outubro, data do primeiro turno das eleições, Francischini afirmou que advogados do PSL teriam descoberto duas urnas "fraudadas ou adulteradas" no Paraná. O vídeo continua disponível na rede social do parlamentar. Até esta quinta (29), havia mais de 315 mil curtidas e mais de 410 mil compartilhamentos do conteúdo.

"Nós estamos estourando isso aqui em primeira mão pro Brasil inteiro para vocês. Urnas ou são adulteradas ou fraudadas. Com a ajuda do juiz eleitoral e do promotor eleitoral. A gente tá trazendo essa denúncia gravíssima antes do final", afirma no vídeo.

Segundo Francischini, os equipamentos não teriam permitido que eleitores votassem em Bolsonaro ao apertarem o número 17, o que ele classificou como um "cambalacho" para prejudicar o então candidato à presidência da República.

[Clique aqui](#) e veja o vídeo

Projeto que permite saque do FGTS ao trabalhador que pedir demissão já está pauta do Senado

Foto: Agência Senado



Autora do projeto, a senadora Rose de Freitas quer sua aprovação imediata

(Agência Senado) O Plenário do Senado dará a palavra final sobre o projeto que permite o saque integral da conta vinculada ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em caso de pedido de demissão do

trabalhador . Só depois disso o texto poderá ser encaminhado à Câmara.

Dezesseis senadores do MDB, PSDB, PRB, PSD, PP e PR assinaram o recurso para a proposta ser votada pelo Plenário após a aprovação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ocorrida ainda no primeiro semestre do ano. Por ser analisado pela CAS em caráter terminativo, o projeto poderia seguir direto para a Câmara dos Deputados se não houvesse o recurso.

Atualmente, o saque total do FGTS só é permitido quando o trabalhador é demitido sem justa causa. Para a autora do projeto, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), a mudança da regra seria um avanço em favor dos trabalhadores.

Na Comissão de Assuntos Sociais, o relator foi o senador Paulo Paim (PT-RS). No dia da votação, ele lembrou que a CLT (já com a reforma trabalhista — lei

13.467/2017) já prevê o resgate de 80% do FGTS em casos de demissão por acordo entre patrão e empregado. Sendo assim, o projeto de Rose de Freitas, no entender de Paim, é um passo a mais rumo à "correção de uma distorção histórica" na legislação que trata do FGTS, que restringe o acesso a recursos que pertencem originariamente ao próprio trabalhador.

A senadora Rose de Freitas (Pode-ES) defendeu em Plenário que o trabalhador, ao pedir demissão, possa sacar integralmente o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Ela é a autora que permite o saque do FGTS pelos trabalhadores.

Para a senadora, é preciso dar fim à ideia de que o Estado deve tutelar o trabalhador e decidir por ele como investir os seus próprios recursos. Rose de Freitas pediu a todos os senadores o apoio ao seu projeto e rebateu críticas que tem sido feitas à proposta. "Sugerem que haveria o risco de que muitos se demitissem para ter acesso ao Fundo de Garantia. Esse tipo de argumento é ridículo. Ele não se sustenta, pois parte até da ideia que o empregado vai preferir sacar o seu Fundo de Garantia a manter o seu emprego. Isso é irracional", argumentou Rose de Freitas.

Programa *Mais Médicos* está ameaçado, diz drauzio varella

Para o médico, o Mais Médicos foi "o programa de interiorização de maior alcance e duração"



(Estadão) Do dia para a noite, oito mil cubanos abandonaram suas vagas no Programa Mais Médicos, deixando desassistidas as áreas mais vulneráveis do país. Para o médico Drauzio Varella, um dos mais renomados do Brasil, o Mais Médicos foi "o programa de interiorização de maior alcance e duração" já desenvolvido e agora está ameaçado. "Acho que o defeito foi ter deixado o programa na mão do governo de Cuba, porque podiam a qualquer momento romper o acordo, como de fato aconteceu", afirma Drauzio.

Segundo ele, o perfil dos médicos formados no Brasil - de classe média alta e predominantemente feminino -

dificulta a fixação do profissional nas regiões do país que mais precisam. "Você acha que essas pessoas de classe média alta vão querer ir para esses lugares? Você tem uma filha, paga caro na faculdade dela, você quer que ela se forme para trabalhar no sertão de Alagoas?"

"O Mais Médicos foi o programa de interiorização de maior alcance e duração. Nunca um programa alcançou tantas pessoas em território nacional e durou tanto tempo. Acho que o defeito foi ter deixado o programa na mão do governo de Cuba, porque o acordo podia ser rompido a qualquer momento, como aconteceu. E daí você tem mais de oito mil médicos para substituir. Primeiro, surgiu essa situação com as declarações do presidente [eleito] dizendo que os médicos eram ruins, que o programa era só para dar dinheiro para Cuba. E então, tiraram todo mundo de uma vez. Eles não podiam ter pego a gente de "calça curta". Foi aberto o concurso, preencheram aproximadamente 90% das vagas, e acham que foi um sucesso. Só que muitos fazem o concurso, se apresentam, se inscrevem e depois não vão. Ou não gostam da cidade para a qual foram designados, e uma série de outros problemas. Outros já trabalham

no Estratégia Saúde da Família e largam para ter um salário melhor, o que desfalca o programa. Precisamos entender que tem muito chão entre fazer inscrição no programa e realmente conseguir ser designado para começar a trabalhar”, analisou.

Para Drauzio Varella, trazer médicos cubanos foi a solução encontrada pelo governo do PT. “Deixando de lado a parte política e a questão sobre se está certo você mandar dinheiro para Cuba ou não, acho que foi uma solução possível. Não tínhamos médicos nesses locais”, afirmou. “Nós temos um contingente de médicos brasileiros suficiente para atender o país inteiro - são quase 500 mil médicos -, mas o problema é a concentração. Eles estão em São Paulo, Rio e nos grandes centros”, acrescentou.

“Em Cuba tem um curso de quatro anos e, pelo meu entender, prepara para as coisas básicas. Para dar

cuidados básicos você precisa ter um médico com formação em clínica médica e saúde da família, que é o que falta aqui. Nós não temos médicos preparados nessa área porque o pessoal não se interessa, eles querem fazer especialidade. O fato é que não tínhamos esses 8 mil médicos brasileiros dispostos a ir para esses lugares”, salientou.

Perguntado se os cursos de medicina brasileiros são bons, Drauzio Varella foi enfático. “Não. É isso que eu acho engraçado, eles ficam falando da formação dos cubanos, mas não falam da dos brasileiros. Essas faculdades estão abrindo por interesses econômicos. Os cubanos que prestaram o Revalida tiveram o mesmo índice de aprovação que os não cubanos”, finalizou.

O SINTRAM INFORMA

Começam os recitais de Natal



Coral Escola de Música

A temporada de apresentações natalinas do Coral Municipal, Orquestra e do Concerto de Natal foram abertas neste sábado, com a apresentação do Coral Municipal de Divinópolis.

Veja a programação:

No dia 9 de dezembro, o Coral Copasa se apresenta no Santuário de Santo Antônio, após a missa das 19h30.

Em 12 de dezembro, às 20 horas, no Santuário de Santo Antônio, a Escola de Música apresenta o Recital da Orquestra Municipal.

O Concerto de Natal da Escola de Música será apresentado em 18 de dezembro, às 20 horas, no Santuário de Santo Antônio.

Em 22 de dezembro, às 20 horas, o Coral Municipal se apresenta na igreja São Vicente, no bairro Interlagos.

Em 23 de dezembro, às 19h30, na Catedral do Divino Espírito Santo, será apresentada a série “Concertos Itinerantes”, do Coral Municipal.

As apresentações são abertas à população.